

Agora CDU

Pela revitalização, fortalecimento e expansão do Sistema Científico e Técnico Nacional!

Problemas agravados, ausência de perspectivas

A situação do sistema científico e tecnológico nacional é indissociável da complexa e difícil situação nacional e da sua evolução, em resultado das opções políticas dos partidos que se têm alternado no governo: PS, PSD e CDS.

A generalidade das instituições e centros de investigação públicos carecem dos meios (financeiros e outros) necessários a um funcionamento produtivo regular.

A centralização de poderes e a discricionariedade de muitas decisões, designadamente no âmbito da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), limitam fortemente, ou inviabilizam mesmo, um efectivo exercício da autonomia técnica e científica das instituições públicas de I&D, em regra consagrada nos respectivos estatutos. O sistemático incumprimento de prazos e a opacidade de muitas decisões afectam todo o sistema público de I&D.

As "reformas" impostas aos Laboratórios do Estado não vieram resolver os reais problemas do sector, antes os agravaram. Nas Universidades persistiu e intensificou-se o crónico subfinanciamento, que compromete gravemente a qualidade do ensino e da investigação.

Não obstante alguma propaganda, quase sempre sustentada pela alteração e manipulação de critérios estatísticos, persiste uma muito insuficiente incorporação da ciência e da tecnologia nos processos produtivos e na economia em geral.

Apostar na Ciência, apostando nos que nela trabalham!

Os últimos anos foram marcados por uma considerável diminuição do pessoal científico e técnico com vínculo estável e com perspectivas de desenvolvimento de carreira e, concomitantemente, pelo recurso crescente a formas diversas de trabalho precário: bolseiros, avençados e contratados a prazo – que satisfazem funções de carácter permanente da generalidade das instituições.

Depois das muitas críticas que fez ao actual estatuto do bolseiro de investigação, o ministro Mariano Gago, chegado ao governo, não lhe alterou uma única vírgula, continuando a recusar aos bolseiros um conjunto de direitos laborais e sociais básicos. Além disso, a maioria chumbou na Assembleia da República o Projecto de Lei do PCP que criava o Estatuto do Investigador em Formação, que reconhecia esse conjunto de direitos.

Os investigadores contratados ao abrigo dos programas Ciência continuam sem quaisquer perspectivas sérias de desenvolvimento de carreira, independentemente do mérito do trabalho realizado, uma vez terminado o seu contrato.

A falta de emprego científico e a precariedade laboral que afectam crescentemente investigadores e técnicos, impede o aproveitamento pleno do enorme potencial que constituem estes recursos humanos em I&D formados ao longo dos últimos anos.

Para o PCP, entre outros aspectos, a revitalização, fortalecimento e expansão do Sistema Científico e Técnico Nacional exige:

- a definição de uma política de Ciência & Tecnologia que tenha em conta as necessidades e especificidades da economia nacional; a criação de mecanismos para uma intervenção efectiva da Assembleia da República na elaboração e avaliação das políticas de C&T e no acompanhamento da sua execução; a reorganização da estrutura e regras de funcionamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, incluindo a divulgação pública anual dos respectivos relatórios e contas.
- a revisão da rede actual de laboratórios públicos e das respectivas missões, relevando a importância daqueles no combate aos défices produtivo, energético e tecnológico do País, dotando-os dos meios humanos, de equipamentos e instalações, necessários ao prosseguimento das actividades de investigação (fundamental e aplicada), desenvolvimento tecnológico, inovação e demonstração, no âmbito dessas missões.
- a revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica; a proibição do recrutamento de pessoal investigador como bolseiro, a recibo verde ou em regime de avença, para o desempenho das funções que não tenham por objectivo a obtenção de um grau académico e a criação das Carreiras de Técnicos de Investigação, na perspectiva do reforço e rejuvenescimento de efectivos indispensáveis ao desenvolvimento das actividades cometidas ao SCTN.
- a manutenção, exclusivamente no domínio da investigação fundamental, do mecanismo de financiamento público dos laboratórios e centros de investigação pela via dos concursos de projectos, substituindo-o em todas as outras situações pelo modo de financiamento plurianual associado a contratos-programa, sujeitos a avaliação periódica de resultados; a atribuição de um orçamento próprio plurianual a todos os organismos e instituições públicas em cujas atribuições se inclui a realização de actividades de I&D, de forma a permitir a manutenção da capacidade de prosseguir tais actividades a um nível adequado, independentemente da obtenção de financiamentos específicos ligados a projectos ou a contratos-programa; a garantia da autonomia de gestão financeira, a autonomia da contratação de pessoal dentro dos limites orçamentais e a possibilidade de atribuir financiamentos específicos de arranque a investigadores qualificados, a serem geridos por estes.
- o levantamento e caracterização sistemáticos das actividades científicas e técnicas de infraestrutura, exteriores ao universo de I&D, necessárias ao desenvolvimento económico, social e cultural do País, e sua inclusão em futuras operações de levantamento do Potencial Científico e Técnico Nacional; a clarificação dos critérios e mecanismos de elaboração do Inquérito ao Potencial Científico e Técnico Nacional.

(Excertos do Programa Eleitoral do PCP)

Agora CDU!

Compromissos para a Mudança!

Um dia antes do anúncio feito pelo primeiro-ministro da intervenção externa FMI-UE, o PCP apresentou um conjunto de soluções para fazer face ao problema do endividamento externo do país.

Estas soluções foram incluídas também no Compromisso Eleitoral do PCP. Um Compromisso que, retomando o fundamental das orientações e propostas do Programa para uma Política Patriótica e de Esquerda, aponta soluções para as grandes questões que neste momento se colocam ao povo português.

Este Compromisso eleitoral foi entretanto complementado pela apresentação de 50 propostas concretas, verdadeiros compromissos para a mudança que sinalizam algumas das ideias fundamentais em várias áreas.

"São 50 propostas concretas que exprimem um sentido de ruptura e de mudança com o actual rumo de desastre nacional que tem sido imposto ao país.

Propostas que, ao invés do pacto de submissão e agressão que PS, PSD e CDS assinaram, não se destinam a proteger os ricos e os poderosos, mas a garantir a melhoria das condições de vida, o reforço do aparelho produtivo, a defesa da soberania nacional. Propostas que assentam no pressuposto de que Portugal não é um país pobre, de que há recursos que podem e devem ser mobilizados para responder aos problemas do país, que é necessário ir buscar o dinheiro aonde ele efectivamente está, colocando-o ao serviço do interesse geral.

Propostas que vão ao encontro das justas e legítimas aspirações de largos sectores da sociedade, que correspondem às exigências que estiveram presentes em muitas lutas travadas pelos trabalhadores, pela juventude e pelas populações ao longo dos últimos anos. Propostas cuja concretização torna indispensável o reforço da CDU nas próximas eleições de 5 de Junho."

(Intervenção de Jerónimo de Sousa na apresentação dos 50 Compromissos para a Mudança)

**Compromisso Eleitoral, Propostas,
Candidatos e Iniciativas de campanha em:
www.cdu.pt**

LEVA A LUTA ATÉ AO VOTO!

**Por uma política
patriótica e de esquerda**

Agora CDU

PCP-PEV 

Alguns compromissos para a mudança:

- A renegociação imediata da dívida pública portuguesa – com a reavaliação dos prazos, das taxas de juro e dos montantes a pagar – no sentido de aliviar o Estado do peso e do esforço do serviço da dívida, canalizando recursos para a promoção do investimento produtivo, a criação de emprego e outras necessidades do país. (...) A transformação de créditos externos de entidades públicas, expressos em obrigações e títulos de dívida de longo prazo, em títulos portugueses – permitiria responder às preocupações com as dificuldades de financiamento/liquidez imediatas do Estado!
- A intervenção junto de outros países que enfrentam problemas similares da dívida pública – Grécia, Irlanda, Espanha, Itália, Bélgica, etc. –, visando uma acção convergente para barrar a actual espiral especulativa (...).
- A diversificação das fontes de financiamento, retomando uma política activa de emissão de Certificados de Aforro e do Tesouro e de outros instrumentos vocacionados para a captação de poupança nacional, bem como o desenvolvimento de relações bilaterais, encontrando formas mais vantajosas de financiamento.
- Reforço do investimento público, voltado para a indústria, a agricultura e as pescas, para a criação e recuperação de infra-estruturas necessárias à produção, bem como para a rede de transportes e logística; uma política que aposte na substituição de importações por produção nacional, a par do desenvolvimento das exportações, num quadro de alargamento e diversificação de relações externas.
- Aproveitamento integrado de todos os recursos nacionais, com políticas que: (i) concretizando medidas de combate ao desemprego, ao trabalho precário, à desvalorização dos salários, à desregulação dos horários de trabalho, promovam o aproveitamento do mais importante potencial nacional – a capacidade criativa e produtiva de milhões de trabalhadores; (ii) fomentem os importantes recursos naturais do subsolo e energéticos, agrícolas e florestais, os recursos do mar, assim como de toda capacidade produtiva ainda instalada no nosso País – designadamente no plano industrial.
- Defesa e reconstituição de um forte e dinâmico Sector Empresarial do Estado, recuperando para o sector público sectores básicos e estratégicos da nossa economia, designadamente na banca, na energia, nas telecomunicações e transportes, dinamizando outros importantes sectores que estão hoje ou profundamente fragilizados ou sujeitos a lógicas financeiras de curto prazo, ou mesmo abandonados, e a afirmação do Planeamento Económico, tal como a Constituição da República prevê, indispensável para reestruturar o tecido produtivo nacional.

Comício de Encerramento

3 de Junho - 21h30 - Largo do Camões

Intervenção

JERÓNIMO DE SOUSA

Actuação Musical

BRIGADA VICTOR JARA

